

**Público**

10-12-2010

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 75000**Temática:** Política**Dimensão:** 176**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/6

Sócrates incapaz de travar plano de Carlos César

● O estatuto autonómico de que os Açores gozam impede o Governo de travar o decreto regional que permitirá aos funcionários com salários entre os 1500 e os 2000 euros receberem um subsídio que compense o corte previsto no OE. → Portugal, 6

Cortes são para todas as empresas públicas e Governo não pode travar subsídio nos Açores

Maria Lopes e Nuno Simas

Governo não tem poder legislativo para contrariar Carlos César, apesar de continuar a garantir que o corte de cinco por cento é para todos, "sem exceção"

● O estatuto de região autónoma de que os Açores gozam concede-lhe isso mesmo: autonomia. Por isso, "o Governo [central] não tem poder legislativo em matérias de iniciativa legislativa da Região Autónoma dos Açores - não tem", venceu Pedro Silva Pereira sobre o decreto regional que permitirá aos funcionários públicos açorianos com salários entre os 1500 e os 2000 euros receberem um subsídio que compense a redução decretada pelo Orçamento do Estado para 2011. "Existe um procedimento legislativo próprio em cada região e também a possibilidade de fiscalização da constitucionalidade das iniciativas", lembrou o ministro da Presidência quando questionado se o Governo pondera travar a decisão de Carlos César. Essa fiscalização só pode ser pedida pelo representante da República para a Região.

Ontem, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução que aplica a redução de cinco por cento da despesa salarial a todas as empresas públicas. "Algumas empresas permaneceram insensíveis à decisão do Governo, como se não quisessem acreditar que não havia exceções", afirmou Silva Pereira. O diploma ontem aprovado pretende "garantir a justiça e equidade" na questão salarial e que as "normas de redução remuneratória nas empresas públicas se aplicam de modo idêntico àquele que está previsto para a administração pública, sem exceções", disse o ministro. Os cortes têm que ser "nas remunerações mensais ilíquidas", mas as empresas podem fazer adaptações - aprovadas pelo Governo - consoante o regime remuneratório que utilizem. Está proibida qualquer "possibilidade de as empresas públicas adotarem medidas que impliquem atribuir aos seus trabalhadores remunerações adicionais a título de trabalho extraordinário, subsídios, ajudas de custo ou quaisquer outros suplementos pecuniários, como forma de compensar as reduções salariais", avisou Silva Pereira.

Assis critica César

A reunião do grupo parlamentar do PS não foi agitada como há uma se-



Marques Mendes propôs ontem à noite a redução das transferências do Orçamento do Estado para os Açores "nos mesmos valores que o Governo Regional vier a utilizar nas compensações salariais que anunciou". Para o ex-líder do PSD, esta é a "solução para repor a moralidade e acabar com o descaramento do Governo Regional". No seu comentário semanal na TVI24, Mendes criticou ainda o Governo de José Sócrates de usar "dois pesos e duas medidas". Isto porque ainda ontem aprovou uma proibição de exceções e compensações para as empresas públicas, mas nada fez quanto aos Açores. **L.B.**

mana. Francisco Assis, líder parlamentar, até a definiu como "pacífica e consensual". A discórdia só surgiu quando se falou dos Açores e do regime de compensação para os cortes salariais, decidido pelo Governo de Carlos César.

O próprio Assis disse aos jornalistas que seria preferível César não ter tomado esta decisão, embora dizendo respeitar as autonomias regionais. "As decisões políticas têm uma componente simbólica muito importante e teria sido preferível que os Açores não tivessem tomado essa decisão." Mais: é uma medida que não ajuda a "criar um ambiente de mobilização nacional" nos "sacrifícios que são impostos" aos portugueses.

Na reunião, a medida foi contestada por deputados como Marcos Sá e defendida pelo açoriano Ricardo Rodrigues. Se um argumentou "contra a lógica das não exceções" num momento em que "são pedidos sacrifícios", já Ricardo Rodrigues defendeu César, afirmando que os cortes salariais são discricionários e que o executivo açoriano, usando a sua autonomia, fez cortes em gastos de "investimento não reprodutivo", como obras no estádio de Ponta Delgada ou num campo de futebol no Pico. São 3,5 milhões de euros para ajudar a população.